GOVERNO BIDEN SERÁ ALIADO OU ADVERSÁRIO DO AGRO BRASILEIRO?

FELIPPE SERIGATI[1], ROBERTA POSSAMAI[2]

Por mais que algumas narrativas contra o Brasil tenham ganhado força com a vitória do democrata Joe Biden, o saldo das mudanças sugeridas até então pelo novo presidente dos Estados Unidos (EUA) é positivo para o agronegócio brasileiro. No entanto, não podemos ficar parados; temos de aproveitar as oportunidades e fazer a nossa lição de casa.

DESDE QUE a contagem de votos sinalizou que a vitória do democrata Joe Biden era o cenário mais provável, iniciou-se, aqui no Brasil, um conjunto de análises sobre os possíveis impactos da gestão do novo presidente norte-americano sobre a economia brasileira. Nessas análises, houve um destaque especial para três tópicos sensíveis ao agronegócio brasileiro: (i) as políticas de estímulo econômico dos EUA; (ii) a relação entre esse país e a China; e, por fim, (iii) a nova abordagem desse governo envolvendo as questões ambientais. Em que medida a gestão Biden pode ser favorável ou desfavorável ao agronegócio nacional?

POLÍTICAS DE ESTÍMULO ECONÔMICO: MAIS INJEÇÃO DE DINHEIRO

Apesar de o presidente Joe Biden ter anunciado, durante a campanha, que não mediria esforços para recuperar a economia das turbulências causadas pela pandemia, as declarações de Janet Yellen, a nova secretária do Tesouro dos EUA, foram ainda mais contundentes. Ela afirmou que este é o momento de pensar grande e agir de forma robusta, mesmo que isso implique uma forte expansão do déficit público e do aumento da dívida.

Essa sinalização deixa evidente que haverá uma nova enxurrada de dólares no mercado internacional nos próximos dois anos. Além de aquecer a economia norte-americana, com todos os seus transbordamentos para o resto do mundo, essa expansão fiscal deverá gerar, também, sustentação para as cotações das *commodities* agrícolas, uma vez que, em condições de risco normal, os investimentos em títulos da dívida norte-americana deverão permanecer pouco atraentes. Enfim, essa política econômica mais agressiva da gestão Biden tende a favorecer o agronegócio brasileiro.

A RELAÇÃO ENTRE OS EUA E A CHINA: MUITO ALÉM DA GUERRA COMERCIAL

Certamente, uma das marcas da política internacional do governo Trump foi a maior agressividade ao lidar com questões envolvendo a China. Uma das faces dessa postura mais aguerrida foi uma política comercial mais dura com os chineses. Em diversos momentos, esse atrito comercial favoreceu o agronegócio brasileiro, uma vez que a China, como resposta, passou a adquirir um volume maior de grãos do Brasil em detrimento daqueles produzidos pelos EUA.

Por mais que a gestão Biden tenha prometido moderar o discurso contra a China, o cenário-base não é de forte reversão dessa política. É fundamental ressaltar que os atritos comerciais entre os dois países, mais do que causa, são consequência de um fenômeno bem maior: a emergência da China como uma potência que quer se tornar hegemônica em nível mundial por volta de 2050.

A disputa entre as duas maiores economias do Planeta tem se traduzido em diversas frentes além da disputa comercial, como no campo militar (a exemplo das disputas no mar do Sul da China), na área de tecnologia, na garantia de direitos de propriedade, na influência sobre os organismos multilaterais etc. Em síntese, a disputa entre

ESTÁ BARATO EMITIR UMA DÍVIDA NOVA

Como justificativa para ampliar o déficit público, a nova secretária do Tesouro argumenta que o custo de emitir uma dívida nova está muito baixo, uma vez que as taxas de juros norte-americanas, tanto de curto prazo, quanto de médio prazo, estão muito baixas. No momento em que este artigo é escrito, a taxa de juros de curto prazo (Effective Federal Funds Rate) estava em 0,09% a.a. e a taxa de juros de dez anos era de 1,12% a.a. A título de comparação, a taxa Selic, aqui no Brasil, estava em 2,00% a.a. (piso histórico!) e os juros futuros de dez anos operavam a 7,80% a.a.

SHUTTERSTOCK



os EUA e a China vai muito além dos atritos comerciais.

Mesmo que a gestão Biden adote um discurso mais moderado e reverta alguma das elevações tarifárias promovidas pelo governo Trump como "gesto de boa vontade", a demanda chinesa por grãos é enorme, pois:

- a sua economia continua crescendo em ritmo acelerado (de acordo com o FMI, deverá crescer 7,9% neste ano, após ter sido a única economia do G20 que não encolheu em 2020);
- o seu rebanho suíno ainda está se recuperando das perdas causadas pela peste suína africana; e
- os chineses já adquiriram parte da atual e da próxima safra brasileira de grãos.

Em adição a esses fatores pelo lado da demanda, vale ressaltar que, de acordo com as projeções do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA, na sigla em inglês), os estoques de passagem da atual safra, principalmente para milho e soja, estão nos seus níveis mais baixos desde a safra 2016/17, e, devido a questões climáticas adversas, como estiagem mais prolongada na América do Sul e inverno mais rigoroso na América do Norte e no Leste Asiático, é possível que essas projeções sejam revisadas sugerindo uma oferta ainda menor de grãos.

Enfim, mesmo que, com um "gesto de boa vontade", os EUA moderem o seu discurso com a China e que ambos voltem a transacionar um volume maior de grãos, ainda há muita demanda pelos produtos brasileiros.

A AGENDA DE MUDANÇA CLIMÁTICA: OPORTUNIDADE PARA O BRASIL?

Pelo menos desde 2019, o Brasil tem sido alvo de críticas muito duras com relação às questões ambientais, com especial destaque para o desmatamento no bioma Amazônia. Uma dessas críticas ganhou notável relevância por ter sido feita pelo então candidato Joe Biden em um debate televisivo. Na ocasião, Biden, por um lado, ameaçou retaliações econômicas ao Brasil caso o desmatamento prosseguisse e, por outro lado, mencionou a intenção de levantar US$ 20 bilhões junto à comunidade internacional para medidas que revertam essa situação.

Mesmo que de forma injusta, o fato é que o agronegócio brasileiro tem sido apontado como um dos principais responsáveis por esse desmatamento. Apesar de, até o momento em que este artigo é escrito, nenhuma medida mais substancial contra o setor tenha sido adotada ou sequer efetivamente anunciada, é inegável a necessidade de todos os agentes envolvidos com o universo agro ou efetivamente preocupados com o desmatamento mudarem a imagem negativa que foi criada desmerecidamente.

Nesse esforço para restabelecer a imagem do Brasil como uma liderança na produção agropecuária sustentável, diversas das suas características podem ser destacadas, como:

- a maior área total de agropecuária de baixa emissão de carbono do Planeta;
- entre as economias do G20, a matriz energética mais limpa, com contribuição relevante da biomassa;
- maior área de vegetação nativa ainda preservada, mesmo detendo a liderança na oferta de alimentos para o Planeta;
- uma legislação ambiental rigorosa, embora ainda em fase de implementação.

Naturalmente, além de melhorar a imagem do setor, é fundamental corrigir as deficiências ainda existentes. Nessa direção, se gerenciados de forma diplomática, os recursos prometidos pela gestão Biden, certamente, são bem-vindos e ampliarão a contribuição brasileira para conter o aquecimento global – que trará prejuízos a todos, inclusive ao agronegócio nacional. ■

1 Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

2 Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br